



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2023 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023.

Cuida-se de resposta à Impugnação apresentada pela HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.531.928/0001-26, com sede na Av. dos Estudantes, Nº 2850, Sala A, CEP. 86.200-000, Ibiporã/PR, e-mail: licitacao.hospilabhospitalar@gmail.com, referente ao edital do Pregão Eletrônico nº. 026/2023, cujo objeto é: Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de equipamentos e materiais médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São Lourenço da Mata – PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1. DA ADMISSIBILIDADE:

Conforme disposição do item 6.0 do edital e o fixado no caput do Art. 24 do Decreto Federal de nº 10.024/2010, o qual consigna que é cabível a impugnação, pelo licitante, até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

Em sendo assim, observa-se que a presente Impugnação é tempestiva, considerando que a abertura da sessão pública está agendada para o dia 12 de junho de 2023, e a impugnação, por sua vez, foi encaminhada para o portal www.bnc.org.br, onde ocorrerá o Pregão eletrônico, no dia 30.05.2023 às 14:46.

1. DOS FATOS:

A impugnação apresentada, relata que pretende afastar do procedimento licitatório, exigência feita ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra aquisições de equipamentos de má qualidade e/ou de baixa procedência, além de evitar que ocorra possíveis restrições de competitividade, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, quais sejam:

Após examinar rigorosamente as especificações descritas no Anexo I – Termo de Referência pelo departamento técnico da empresa, foi constatado que os descritivos dos itens 7 (Cardioversor) e 20 (Eletrocardiógrafo) possuem meros aspectos que tiram



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

drasticamente a possibilidade de aquisições coerentes com as reais necessidades do município, pois conforme analisado os descritivos fica claro que faltam características técnicas, faixas de medições e parâmetros, desta forma, transformará o certame em aquisições que deixarão a desejar no momento da entrega dos equipamentos.

3. DA ANÁLISE:

Por se tratar de questionamentos técnicos foi solicitado que a Secretaria de Saúde, analisasse as alegações feitas pela empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.531.928/0001-26, e se pronunciasse acerca dos fatos. A secretaria respondeu acatando a impugnação e pedindo a suspensão do processo, modificando o descritivo dos itens que seriam submetidos a uma nova cotação, o que ocasionará consequentemente a modificação no Termo de Referência para os itens 7 (Cardioversor) e 20 (Eletrocardiógrafo).

Remetido os autos à assessoria jurídica deste município esta se pronunciou nos seguintes termos:

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2023
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2023
PROCEDÊNCIA: SECRETARIA DE SAÚDE

Trata-se de solicitação de parecer jurídico requerido pela comissão permanente de quanto aos termos da Impugnação ao Edital do processo licitatório nº 044/2023, na modalidade pregão eletrônico nº 026/2023 que tem por objeto o Registro de Preço para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de equipamentos e materiais médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço da Mata – PE.

Compulsando-se os autos verifica-se que a Secretaria de Saúde solicitou ao setor de compras cotação para elaboração do termo de referência com as características pertinentes ao objeto licitado. O setor de compras realizou a pesquisa de preços, tendo chegado à média ponderada dos preços do objeto a ser licitado. Foi elaborado o Termo e Referência, tendo o secretário aprovado o termo, apresentado dotação orçamentária, e foi autorizada a abertura de processo licitatório pela Comissão de licitação.



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

Procedeu-se a abertura do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com a emissão do edital e seus anexos. Publicado o Edital, a empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI apresentou, tempestivamente, impugnação ao edital alegando, em apertada síntese que a descrição dos itens 7 e 20 do Termo de Referência não existia, pois não restava clara a descrição do mesmo, vindo a restringir a competitividade, caso não seja corrigida tal descrição, conforme determina o Art. 40, inciso VII da Lei 8.666/93 aplicada subsidiariamente no pregão.

A Sra. Pregoeira encaminhou a impugnação a autoridade demandante alegando ser questão puramente técnica, para que apreciasse os argumentos da impugnação. Houve resposta da autoridade demandante acatando a impugnação, solicitando a suspensão do pregão para nova cotação, desta feita com nova descrição.

Vieram os autos para parecer. É o breve relatório.

Passamos a análise jurídica do pedido.

O Termo de Referência é o instrumento de gestão estratégica que determina o sucesso ou insucesso de uma contratação pública. É possível comprar com qualidade no serviço público. Para tanto é necessário especificar bens, serviços e obras de forma clara, descritos em Termos de Referência bem elaborados que possam resultar em contratações eficazes.

Assim determina a Lei 10.520/2002:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; grifei

Percebe-se que o TR deve descrever o objeto da licitação, contudo, sem que suprima informações ou coloque informações desnecessárias que restrinjam a competitividade.



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

Como já sabemos, o edital é o cerne da licitação. Lá devem estar contidas todas as informações que importam a realização do procedimento licitatório, cujas informações são elaboradas tendo como base o Termo de Referência que é confeccionado pela autoridade demandante, conforme acima citado.

Contudo, ainda que o objetivo seja esclarecer todos os pontos, sempre há a possibilidade de algum deles apresentar certa obscuridade, um equívoco, ser omissivo em algum aspecto, de modo a gerar dúvidas nos licitantes. Ocorrendo alguma dessas hipóteses, podem ser aplicados os institutos da impugnação e o pedido de esclarecimentos.

No presente caso a empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI apresentou impugnação ao edital, pois pretende seja reformulada a especificação dos itens 7 e 20, sob pena de estar restringindo o caráter competitivo do certame.

Como se trata de questão estritamente técnica, a Sra. Pregoeira, antes de proferir decisão da impugnação apresentada, solicitou que a autoridade demandante se pronunciasse acerca da impugnação apresentada pela licitante. Esta, por sua vez, acatou a impugnação e apresentou nova descrição para os itens 7 e 20, solicitando a suspensão do certame para que seja feita nova cotação e estabelecer o preço médio do equipamento naquelas características.

Entende, portanto, essa assessoria que agiu corretamente a Sra. Pregoeira em solicitar do setor técnico orientação quanto às descrições dos itens 7 e 20. Devendo ser acatada a resposta da autoridade demandante, julgando procedente a impugnação ao edital, suspendendo a licitação para que seja ajustado o Termo de Referência e, conseqüentemente, o edital a fim de não infringir os princípios que regem a licitação e a administração.

Uma vez efetuada a correção da descrição dos itens 7 e 20 e, encontrado os seus valores de referência, bem como corrigido o edital em relação à alteração operada, seja feita nova publicação do edital e TR corrigidos, reabrindo-se o prazo da licitação, conforme determina o Art. 21 da Lei 8.666/93:

Art. 21 (in omissis)

...



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

§ 4º *Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.*

Portanto, opina essa assessoria pela **procedência** da impugnação apresentada pela empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, tendo como base a decisão da autoridade demandante em corrigir as especificações dos itens 7 e 20, por tratar-se de uma questão estritamente técnica, suspendendo-se o certame para a realização das correções necessárias, reabrindo-se o prazo com nova publicação do edital corrigido.

CONCLUSÃO

É de suma importância destacar que compete à assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, de modo que não é da sua alçada abordar ou opinar sobre aspectos relativos à **discricionariedade** da administração pública na prática dos atos administrativos, muito menos examinar questões de natureza eminentemente **técnica, administrativa, financeira e de mercado, mas jurídicas.**

Esses limites se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa. Isso significa que quando a matéria for eminentemente técnica, envolvendo aspectos multidisciplinares (jurídica, preços de mercado, necessidade da contratação), como é uma licitação pública, convém que o setor jurídico atue especificamente quanto ao que dispõe a legislação aplicável a matéria, a qual está bem delimitada no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Traz-se, ainda, por analogia, o disposto no Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, que preconiza da seguinte maneira:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade”;



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

Curial destacar ainda que a natureza do parecer ora elaborado é opinativa, devendo, por essa razão, passar pelo crivo de quem efetivamente tem poder decisório, uma vez que a opinião explanada não é vinculante.

É oportuno consignar que, segundo o Informativo nº 680 do STF, “é possível a responsabilização de advogado público pela emissão de parecer de natureza opinativa, desde que reste configurada a existência de culpa ou erro grosseiro”. Nessa senda, eventuais problemas relacionados à licitação ou à execução contratual não devem resvalar na assessoria jurídica, desde que a mesma tenha atuado de forma técnica e intelectual, admitindo-se sua possibilidade quando patente o dolo e o erro grosseiro ou erro inescusável.

Acrescenta-se que “a existência de indícios de irregularidades no procedimento licitatório não pode, por si só, justificar o recebimento da petição inicial contra o parecerista, mesmo nos casos em que houve a emissão de parecer opinativo equivocado. Ao adotar tese plausível, mesmo minoritária, desde que de forma fundamentada, o parecerista está albergado pela inviolabilidade de seus atos, o que garante o legítimo exercício da função, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei nº 8.906/94”, sendo justamente por esses motivos salutar que as observações expostas no parecer sejam atendidas.

Ante o exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, e analisada a matéria nos termos da Lei Federal Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 10.024/2019 e pelo Decreto Municipal nº 031/2021, aplicando-se subsidiariamente as normas da Lei 8.666/1993, observado o teor dos documentos e informações apresentadas, esta assessoria jurídica é de parecer favorável pela procedência da impugnação apresentada pela empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, tendo como base a decisão da autoridade demandante em corrigir as especificações dos itens 7 e 20, por tratar-se de uma questão estritamente técnica, suspendendo-se o certame para a realização das correções necessárias, reabrindo-se o prazo com nova publicação do edital corrigido.

Este parecer é meramente opinativo, não vinculando, portanto, a administração pública, que poderá agir diferentemente.

São Lourenço da Mata, 01 de junho de 2023.

MARILYN TRAJANO DO NASCIMENTO

Assessora Jurídica

OAB-PE 12.737



PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Paço Municipal

4. DA DECISÃO:

Por tudo que fora aduzido, adoto como fundamentação da análise os argumentos levantados pela assessora jurídica, declarando **PROCEDENTE** a impugnação apresentada, já que foram apresentados argumentos plausíveis.

São Lourenço da Mata, 01 de junho de 2023.


Joselane Maria Silva
Pregoeira